



AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO (ANM)

Setor Bancário Norte Quadra 02 Bloco N 12º Andar, Edifício CNC III - Bairro Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70040-020

Telefone: (061)3312-6862 / 3312-6828 - <http://www.anm.gov.br>

Ofício nº 12405/2024/GAB-DG/ANM

Brasília, na data de assinatura.

A Sua Senhoria Ilmo. Sr.

O senhor Presidente da Companhia Docas do Pará

JARDEL RODRIGUES DA SILVA

COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - AUTORIDADE PORTUÁRIA

Av. Presidente Vargas nº41, Bairro: Centro – Belém – PA CEP: 66010-000

E-mail: jardelrsilva@cdp.com.br

Assunto: Ofício nº 11647/2024/CS/ANM

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 48051.002561/2024-50.

Senhor Presidente,

1. Cumprimentando-o cordialmente, faço referência ao Ofício nº 11647/2024/CS/ANM, expedido e dirigido a Vossa Senhoria no dia 03/04/2024, subscrito por três Diretores desta Agência Nacional de Mineração, por meio do qual indicam terem tomado conhecimento, naquela data, de que o minério em questão seria de “origem ilegal”. Afirmam que “Apuramos que foi solicitado pedido de Ordem de Embarque nº 717165, pela UNALOG – UNALOG Logística e Transporte Ltda, informando a origem da carga de minério de manganês totalmente ilegal”. Ao final do documento, seus signatários consignaram:

9. Desta feita, SOLICITAMOS O BLOQUEIO IMEDIATO DO EMBARQUE DA CARGA TOTAL DA ORDEM DE EMBARQUE nº 717165, POR SER IRREGULAR, COM URGÊNCIA.

2. A medida, aparentemente, decorre de mensagem recebida pelos diretores desta Agência, à guisa de “denúncia anônima”, na manhã daquela mesma data, 03/04/2024, na qual foi afirmado: Texto.

Prezados Senhores,

Gostaria de reportar uma questão de extrema urgência relacionada à potencial liberação de uma carga de manganês no Porto Vila do Conde, que suspeito ser de origem ilegal.

De acordo com informações que obtive, a carga em questão é proveniente das áreas da Buritirama, e suspeita-se que o manganês tenha sido extraído de forma ilegal. O navio envolvido nessa operação é o Agia Marina, cujos detalhes estão disponíveis nos documentos anexos a este e-mail.

Diante dessa situação, é crucial que a Agência Nacional de Mineração (ANM) intervenha imediatamente e tome as medidas necessárias para evitar a perpetuação da exportação ilegal desse minério. Solicito encarecidamente que esta denúncia seja tratada com a máxima urgência possível, a fim de evitar danos irreparáveis ao meio ambiente e às leis que regem a atividade mineradora em nosso país.

3. Em relação a tal denúncia constante do doc. SEI 12290771, processo 48051.002561/2024-50, informo que as ações desta ANM já foram devidamente encaminhadas aos setores responsáveis, quais sejam: Superintendência de Fiscalização – SFI e Superintendência de Ordenamento Mineral e Disponibilidade de Áreas - SOD.

4. De igual modo, esta agência procederá ao encaminhando da denúncia formulada ao Departamento de Polícia Federal e à Receita Federal do Brasil para fins de investigação e demais providências que julguem necessárias.

5. A despeito da intenção que se depreende da correspondência enviada pelos diretores, que diz com a ideia de coibir e reprimir ações e procedimentos irregulares e mesmo ilegais no âmbito das atividades da indústria minerária do País, considero que os termos utilizados, com imputação de práticas criminosas, sem um mínimo lastro probatório, e a devida apuração da denúncia, foram, no mínimo precipitados, e, embora a peça tenha sido firmada por três diretores, não foi objeto de deliberação do Colegiado desta Agência e, mais que isso, não traduz a sua posição institucional.

6. Assim, repiso, em que pese o ofício nº 11647/2024/CS/ANM tenha sido assinado por três diretores, o referido documento não merece ser acolhido, uma vez que, conforme determina a Lei nº 13.575/2017, o comando hierárquico, bem como a representação da ANM se dá pelo Diretor-Geral, inteligência do art. 5º, § 1º, a saber

Art. 5º A ANM será dirigida por Diretoria Colegiada, composta por um Diretor-Geral e quatro Diretores.

§ 1º. O Diretor-Geral da ANM exercerá a representação da ANM, a presidência da Diretoria Colegiada e o comando hierárquico sobre o pessoal e os serviços, e caber-lhe-á desempenhar as competências administrativas correspondentes e a presidência das sessões da Diretoria Colegiada, sem prejuízo das deliberações colegiadas para matérias definidas no regimento interno.

7. A lei nº 13.848/2019, que dispõe sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras, alterou a Lei nº 9.986/2000, que trata sobre a gestão de recursos humanos das Agências Reguladoras e dá outras providências, também destaca que o comando hierárquico é competência exclusiva do Presidente, Diretor-Presidente ou Diretor-Geral do Conselho Diretor ou da Diretoria Colegiada. Veja-se:

Art. 4º As agências terão como órgão máximo o Conselho Diretor ou a Diretoria Colegiada, que será composto de até 4 (quatro) Conselheiros ou Diretores e 1 (um) Presidente, Diretor-Presidente ou Diretor-Geral.

§ 4º Cabe ao Presidente, Diretor-Presidente ou Diretor-Geral do Conselho Diretor ou da Diretoria Colegiada a representação da agência, o comando hierárquico sobre o pessoal e os serviços e o exercício de todas as competências administrativas correspondentes, bem como a presidência das sessões do Conselho Diretor ou da Diretoria Colegiada, sem prejuízo das deliberações colegiadas para matérias definidas em regimento interno.

8. Ora, apenas nas ausências eventuais é que as funções atinentes ao Presidente, Diretor-Presidente, Diretor-Geral serão exercidas por membro do Conselho Diretor ou da Diretoria Colegiada, inteligência do art. 5º, § 9º do citado diploma legal:

Art. 5º (omissis)

§ 9º Nas ausências eventuais do Presidente, Diretor-Presidente ou Diretor-Geral, as funções atinentes à presidência serão exercidas por membro do Conselho Diretor ou da Diretoria Colegiada indicado pelo Presidente, Diretor-Presidente ou Diretor-Geral da agência reguladora.

9. Decerto, portanto, que o referido ofício não é manifestação institucional, sendo apenas de diretores isoladamente. Reafirmo, não representa a manifestação desta ANM quanto ao encaminhamento do assunto vertido nos autos.

10. Quanto à matéria originalmente apreciada por esta ANM, no âmbito da SOD em relação à Ordem de Embarque nº 717165, teço, abaixo, algumas considerações.

11. Inicialmente cabe asseverar que a autorização ou desautorização de embarque de mercadorias não está no escopo das competências desta ANM, uma vez que não consta da Lei nº 13.575/2017, que criou a Agência Nacional de Mineração.

12. Acerca da temática, a Procuradoria Federal Especializada foi instada pelo Superintendente de Ordenamento Mineral e Disponibilidade de Áreas - SOD, por meio do DESPACHO Nº 33508/SOD-ANM/ANM/2024, exarou a Nota n. 00122/2024/PFE-ANM/PGF/AGU (doc. SEI 12161981):

9. Não cabe à ANM certificar a legalidade de transação comercial, tampouco analisar e liberar ordem de embarque, mas fiscalizar o aproveitamento dos recursos minerais no País, na forma do art. 2º, VIII, XI, XII e XXII, da Lei n.º 13.575/2017. Ora, ainda que o objeto da avença seja um bem mineral, a agência não deve, nem poderia por absoluta falta de competência e amparo legal, atestar a legalidade de um negócio comercial.

15. Como já dito, não cabe à ANM certificar a legalidade de transação comercial, tampouco analisar e liberar ordem de embarque.

16. Deveras, nos termos da ordem judicial, compete à agência fiscalizar se a carga vendida pela CDB Mineração à UNALOG Logística e Transporte Ltda. não excedeu as 150 mil toneladas autorizadas; especialmente após o d. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível e de Fazenda Pública de Macapá comunicar a possibilidade do limite ter sido extrapolado.

13. No ponto, conforme o DESPACHO Nº 54168/SOD-ANM/ANM/2024 (doc. SEI 12378457) no processo 48072.958053/2022-18, o Superintendente da SOD afirma:

Após a regular instrução do procedimento administrativo, esta Superintendência se manifestou acatando as recomendações técnicas: Nota Técnica nº 2424/2024-SOD-ANM/DIRC (id 12172661) e Nota Técnica nº 0122/2024/PFE-ANM/PG/AGU (id 12161981), as quais concluíram que não cabe à ANM certificar a legalidade de transação comercial, tampouco analisar e liberar ordem de embarque, mas fiscalizar o aproveitamento dos recursos minerais no País, IN VERBIS, item 9:

"Não cabe à ANM certificar a legalidade de transação comercial, tampouco analisar e liberar ordem de embarque, mas fiscalizar o aproveitamento dos recursos minerais no País, na forma do art. 2º, VIII, XI, XII e XXII, da Lei n.º 13.575/2017. Ora, ainda que o objeto da avença seja um bem mineral, a agência não deve, nem poderia por absoluta falta de competência e amparo legal, atestar a legalidade de um negócio comercial."

Pois bem, esta Superintendência vem mais vez reafirmar que o Despacho nº 48270/SOD-ANM/2024 (id 12244042), decidiu ACATAR o referido entendimento da PFE, acima explicitado, conforme descrito na referida decisão desta Superintendência, vejamos:

"Assim expeça-se ofício a Companhia Docas do Pará - CDP, porto de Barcarena para que tome ciência desta decisão de acordo com a Nota Técnica 0122/2024/PFE-ANM/PG/AGU (id 12161981), item 5 e Nota Técnica nº 2424/2024-SOD-ANM/DIRC (id 12172661). No demais, oficializar as partes interessadas para ciência do presente decisum, inclusive com cópia desta decisão para PFE."

(...).

Desta feita mais um vez, de forma clara e objetiva, esta Superintendência vem se manifestar que decidiu ACATAR as duas recomendações da PFE, Nota Técnica 0122/2024/PFE-ANM/PG/AGU (id 12161981) e Nota Técnica nº 2424/2024-SOD-ANM/DIRC (id 12172661), conforme transcritas e executadas no Despacho nº 48270/SOD-ANM/ANM/2024 (id 12244042), ficando a critério do Porto deliberar sobre a ordem de embarque, pois não há qualquer previsão para que a ANM exerça o controle inerente à autorização de embarque de bens destinados a exportação nos portos do Brasil.

14. Resta claro, portanto, que em nenhum momento houve autorização por parte desta ANM/SOD, para embarque do minério objeto da Ordem de Embarque nº 717165, por faltar competência a esta Agência, segundo a legislação de regência e em respeito ao entendimento firmado pela Procuradoria Federal Especializada junto a esta Autarquia.

15. Aliás, releva asseverar que inúmeros portos pelo país fazem operação de embarque e exportação das mais diferentes substâncias minerais, sem que haja pronunciamento prévio da ANM para validar tal procedimento ou manifestar-se sobre a procedência do mineral a ser embarcado.

16. O procedimento até aqui levado a cabo pela SOD não está previsto e delineado normativamente. Caracteriza-se por uma prática instituída sem os rigores administrativos necessários e absolutamente fora das atribuições da Agência.

17. Face a essa circunstância, comunico que esta Agência Reguladora, doravante, não mais dará curso a qualquer pedido de análise e manifestação acerca de ordens de embarque ou documentação atinente à comercialização e à exportação de bens minerais, sem prejuízo da relação institucional com essa Companhia, especialmente, na prestação de informação e nas áreas estritamente vinculadas às suas competências legais.

Essas são as considerações, Senhor Presidente.

Por fim apresento votos de elevada estima e consideração.

Cordialmente,

MAURO HENRIQUE MOREIRA SOUSA
Diretor-Geral da ANM



Documento assinado eletronicamente por **Mauro Henrique Moreira Sousa, Diretor-Geral da Agência Nacional de Mineração**, em 08/04/2024, às 22:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site www.gov.br/anm/pt-br/autenticidade, informando o código verificador **12382980** e o código CRC **5B80A6F6**.